



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**RELATÓRIO DE CONCRETIZAÇÃO DO
PROCESSO DE BOLONHA**

CURSO DE LICENCIATURA EM TURISMO

Ano de 2008/09

Grupo de Trabalho:

Olga Matos

Thomas Brysch

Paulo Rodrigues

Dezembro de 2009

INDICE

Introdução	3
Apresentação do IPVC	4
Organização e Estrutura actual do IPVC	4
O Curso de Turismo	7
Momentos significativos na evolução do Curso	8
Objectivos e desenvolvimento de competências visados pelo ciclo de estudos	9
As mudanças curriculares	10
Caracterização geral da população estudantil	10
Aproveitamento escolar	12
Diplomados	16
Acompanhamento do sucesso escolar	17
Participação dos estudantes e docentes	18
Apoio à empregabilidade	19
Relações externas	20
Conclusão	22

INTRODUÇÃO

O presente relatório concretiza os objectivos do Processo de Bolonha nos termos e para os efeitos do artigo 66º A do Decreto-Lei nº. 107/2008, de 25 de Junho que alterou o Decreto-Lei nº. 74/2006, de 24 de Março.

Tem como objecto, o presente Relatório, servir de um diagnóstico do ano lectivo de 2008/09 e a definição de caminhos a seguir no sentido da melhoria da qualidade pedagógica e das qualificações dos estudantes bem como de uma maior preparação para o mercado de trabalho.

As fontes de informação para a elaboração deste Relatório foram: dados estatísticos disponibilizados pelos Serviços Académicos, os estatutos do IPVC, as diferentes reuniões realizadas com estudantes e docentes e a coordenação do curso.

APRESENTAÇÃO DO IPVC

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) é uma instituição de Ensino Superior Público, criado pelo Decreto-Lei nº 380/80, de 16 de Agosto. É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial. Os seus estatutos foram homologados pelo Despacho Normativo nº 23/95, de 9 de Maio.

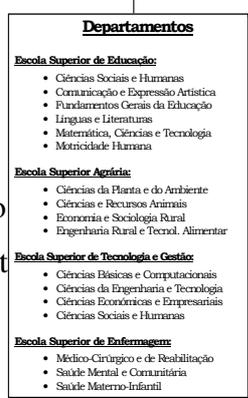
O IPVC possui, a nível interno, um conjunto de regulamentos que orientam a multiplicidade de Unidades Orgânicas e órgãos de gestão que o constituem. A nível externo a Lei nº 54/90, de 5 de Setembro – Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico – é um documento legal de extrema importância para o IPVC, referindo no nº 1 do seu artigo 8º que: “... *aos institutos politécnicos cabe assegurar, nos domínios da gestão do pessoal, da gestão administrativa e financeira, do planeamento global e do apoio técnico em geral, as funções inerentes à coordenação das actividades das diferentes instituições que o integram, numa perspectiva de racionalização e optimização de recursos*”.

O seu principal objectivo, bem como o das escolas que o compõem, é oferecer um contexto global que possibilite uma formação superior multidisciplinar, fomentando o desenvolvimento da população e consequentemente das actividades exercidas na região.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACTUAL DO IPVC

Nos termos da citada Lei 54/90, de 5 de Setembro – Art.º 1º □ “Os Institutos Politécnicos são Instituições de Ensino Superior que integram duas ou mais Escolas Superiores globalmente orientadas para a prossecução dos objectivos do Ensino Superior Politécnico numa mesma região, as quais são orientadas para efeitos de concertação das respectivas políticas educacionais e de optimização de recursos”. Ainda nos termos desta lei: “... para além das Escolas Superiores, os Institutos podem integrar outras unidades orgânicas orientadas para a prossecução dos seus objectivos”.

O Instituto
seguinte est

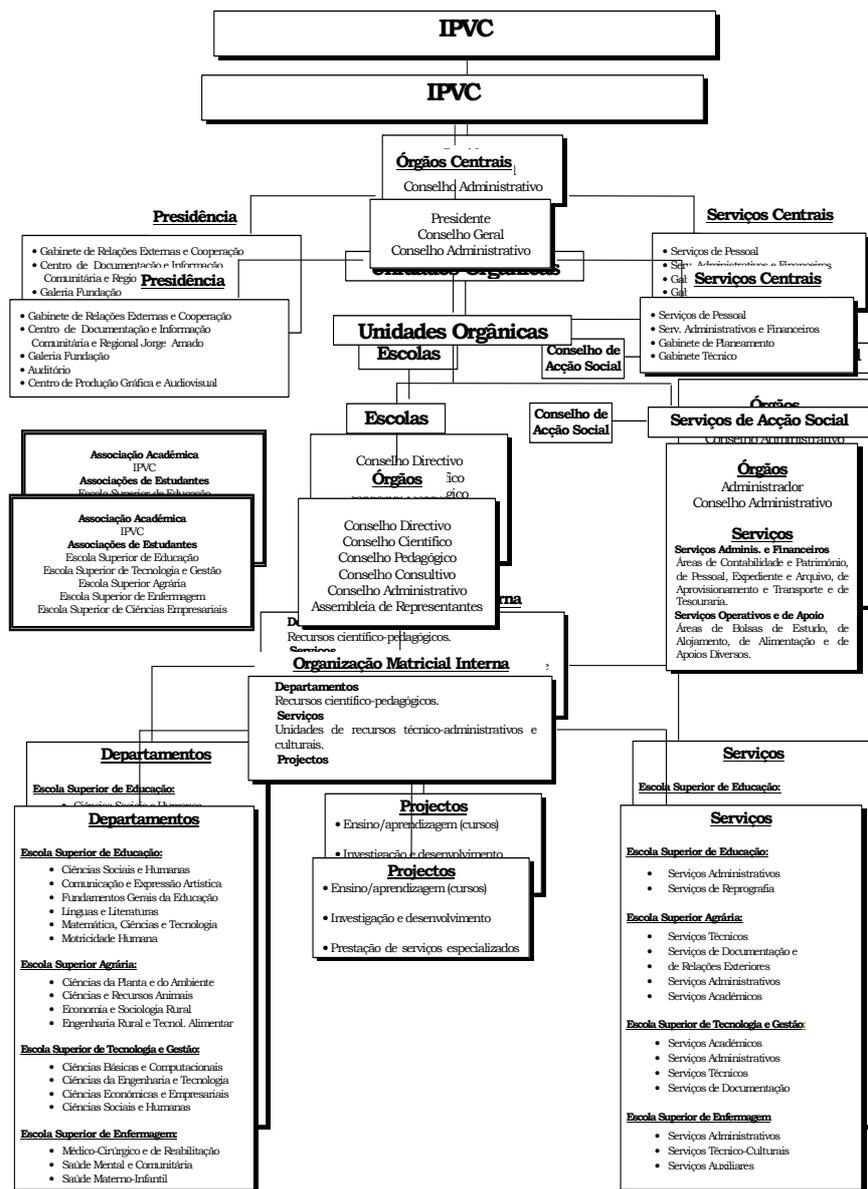


Viana do Castelo (IPVC)

Organograma do IPVC



conforme a



O IPVC tem uma estrutura matricial, apostando na flexibilidade e na optimização dos recursos como forma de aumentar a eficiência e racionalidade dos serviços. Desenvolve, actualmente, e de modo transversal à instituição, a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade, tendo-se candidatado à certificação na qualidade segundo as

normas ISO, processo este que virá a definir e normalizar todo o procedimento de gestão da instituição e constituindo um objectivo operacional de 2008 (QUAR, 2008). Desde 1996, as Unidades Orgânicas gozam de autonomia administrativa e financeira, conforme o preconizado estatutariamente.

O IPVC integra 6 unidades orgânicas orientadas para projectos de ensino – **as Escolas Superiores** – e os **Serviços de Acção Social**, vocacionados para a prestação de serviços sociais aos alunos, cabendo ao Instituto assegurar a coordenação institucional das actividades de gestão de pessoal, patrimonial, administrativa, financeira, planeamento global e apoio técnico.

As referidas unidades orgânicas são:

- **Escola Superior de Educação (ESE).**
Criada pelo Decreto-Lei nº 513-T/79, 26/1



- **Escola Superior Agrária (ESA)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Ciências Empresarias (ESCE)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Enfermagem (ESENF), que passará a designar-se Escola Superior de Saúde (ESS)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 821/89, 15/9



As Escolas Superiores são, até à entrada em vigor dos novos estatutos, pessoas colectivas de direito público, dotadas de autonomia científica, pedagógica e administrativa e possuem órgãos próprios: Assembleia de Representantes, Conselho

Directivo, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Conselho Consultivo e Conselho Administrativo. A sua organização matricial interna é composta por: Departamentos, Projectos e Serviços.

O IPVC está dotado de **Serviços de Acção Social**, constituídos como uma unidade orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo iniciado a sua actividade em Abril de 1994, embora desde 1987 os alunos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo venham usufruindo de bolsas de estudo e apoio social.

Com a publicação do Decreto-Lei 129/93 de 22 de Abril, são estabelecidas as bases do sistema de acção social para o Ensino Superior e definidos os seus princípios e objectivos, sendo o regulamento orgânico dos Serviços de Acção Social aprovado em 1995, despacho I.P.V.C. – 09/95 de 28 de Agosto e o quadro de pessoal aprovado pela Portaria nº 1224/95 de 10 de Outubro.

O CURSO DE TURISMO

Uma nova realidade emerge no Ensino Superior, fruto de diferentes factores como a massificação, a globalização e a internacionalização, o advento das novas tecnologias e particularmente, de estratégias comuns como as observadas na Declaração de Bolonha (1999), reforçada por políticas de gestão de qualidade (Declaração de Dubrovnik, 2002) e consubstanciada em diferentes resoluções emanadas da União Europeia, bem vincadas na Estratégia de Lisboa (2000).

O enquadramento legislativo desta mudança de paradigma (DL nº 42/2005 de 22 de Fevereiro; DL nº 74/2006 de 24 de Março; DL nº 107/2008 de 25 de Junho), incorpora o compromisso nacional da adequação de todos os ciclos de estudo ao novo modelo de Bolonha (até 2009/2010) e implica, segundo o art.º 66º-A do DL nº 76/2006, evidenciar políticas e estratégias, bem como resultados, tendo em vista a concretização dos objectivos inerentes ao referido Processo de Bolonha. É, neste pressuposto, que se apresenta o relatório do **Curso de Turismo**, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

MOMENTOS SIGNIFICATIVOS NA EVOLUÇÃO DO CURSO

O Curso de Turismo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo teve início em 1989 com a publicação na Portaria n.º. 65/89 de 30 de Janeiro, rectificado, posteriormente, pela Portaria n.º. 1279/93 de 16 de Dezembro. Em 1999, o Curso de Turismo foi reestruturado em Licenciatura Bi-etápica, tendo o correspondente plano de estudos sido aprovado pela Portaria n.º. 722/99 de 24 de Agosto. A Licenciatura Bi-etápica sofreu, em 2003, nova reestruturação, com o respectivo plano de estudos, aprovado pela Portaria n.º. 1414/2003, de 23 de Dezembro.

Em 2007, o curso foi estruturado como ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), que veio estabelecer um conjunto de novos princípios e regras de organização da formação de nível superior, como resultado da incorporação dos objectivos e princípios gerais delineados pela Declaração de Bolonha. O plano de estudos actual é composto por 180 ECTS e tem uma duração lectiva de seis semestres.

O ano de 2004, constituiu um marco para o Curso de Turismo, pois registou excelentes resultados no processo de avaliação externa, realizado pelo Ministério da tutela. Neste mesmo ano, foi criado o **Laboratório de Turismo**, que tem sido uma grande mais valia como complemento educativo e pedagógico da formação prática, fundamentalmente pelo apoio das novas tecnologias como o sistema computadorizado de reservas GALILEO (CBT + Simulador) e outro *software*, nomeadamente o SPSS, que é assegurado de forma permanente neste local.

Em 2005, o Curso de Turismo obteve o reconhecimento e **certificação** Tedqual, por parte da **Organização Mundial do Turismo**, resultado da aposta na qualidade de ensino.

No ano lectivo de 2008/2009 tem início um anova etapa do curso, com a abertura do modelo pós-laboral. Neste ano alarga-se a possibilidade da formação decorrer fora do restrito âmbito de horário diurno, tendo conhecido, desde logo, uma participação significativa.

OBJECTIVOS E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS VISADOS PELO CICLO DE ESTUDOS

O Decreto-Lei nº. 74/2006, de 24 de Março regulamenta as alterações introduzidas pela Lei nº. 49/2005, de 30 de Agosto, que alterou a Lei de Bases do Sistema Educativo, relativas ao novo modelo de organização do Ensino Superior, adoptando os resultados do trabalho colectivo realizado a nível europeu. Este define que os objectivos de cada ciclo de formação devem ser definidos tendo em consideração as competências a adquirir.

Neste contexto, para o Curso de Turismo, considerou-se que o grau de licenciado deve ser atribuído aos alunos que demonstrem ter adquirido as competências que o habilitem ao exercício da profissão de Técnico de Turismo a seguir enunciadas:

Tabela 1: competências gerais, específicas e transversais

Competências Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios do turismo nas suas dimensões espacial, social, cultural, jurídica, política, laboral e económica. • Saber aplicar as directivas emanadas pelas estruturas organizacionais do turismo (nacionais e internacionais). • Conhecer os principais agentes turísticos. • Adquirir conhecimentos sobre procedimentos operativos dos diferentes tipos de instituições e empresas turísticas e respectivos modos de organização/gestão.
Competências Específicas	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o carácter dinâmico e evolutivo do turismo e da nova sociedade do ócio. • Adquirir capacidade para a pesquisa e habilitação para a resolução de problemas, compreendendo métodos de adquirir, interpretar e analisar a informação apropriada ao seu contexto académico e profissional. • Compreender o funcionamento dos destinos, estruturas turísticas e a interacção entre os turistas, o território e as comunidades de acolhimento. • Conhecer as principais estruturas político-administrativas turísticas. • Dominar os diferentes tipos de operações turísticas. • Compreender o enquadramento legal que regula as actividades turísticas. • Analisar os impactos gerados pelo turismo. • Conhecer e inventariar recursos naturais e culturais. • Conhecer e utilizar as Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC) nos vários âmbitos do sector turístico. • Comunicar eficazmente de forma oral e escrita, em pelo menos duas línguas estrangeiras, num contexto profissional.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a dimensão inter-cultural do turismo. • Desenvolver a capacidade de empreendedorismo e agir como efectivo agente de mudança. • Optimizar os instrumentos de comunicação.

AS MUDANÇAS CURRICULARES

A estrutura curricular está, numa primeira fase, composta pelas áreas das ciências de base, das ciências complementares e pela área do conhecimento específico. Nas áreas de ciências de base os alunos aprenderão os conceitos fundamentais para a sua área de especialidade, bem como o papel e a importância que essa área tem no mundo do trabalho, na sociedade e no contexto internacional. São introduzidos, nesta fase, conceitos básicos relativos à introdução ao estudo do turismo, com o objectivo de desenvolver nos alunos a capacidade de demonstrar compreensão da natureza, dimensão e operação do turismo doméstico e internacional. Os estudos da área de conhecimento e profissionalizantes aprofundam os saberes sobre as áreas principais, interesses, funções e aplicações ao sector turístico e familiarizarão os alunos com os fundamentos teóricos.

Numa segunda fase, o plano de estudos contempla disciplinas da área do conhecimento específico. O grande objectivo será o de dotar os alunos com os saberes que lhes permitam compreender o contributo das várias disciplinas para explicar a natureza e especificidades do turismo. Nesta fase serão desenvolvidas as principais áreas profissionais do sector turístico. Os alunos explorarão conceitos de política e planeamento e compreenderão as diversas formas de avaliar e controlar o fenómeno do turismo.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL

A evolução do curso de Turismo tem reflectido a procura, cada vez mais intensa, desta área de especialização do ensino superior.

Tabela 2: Taxas de Ocupação e de Inscrição

	<u>Taxas de Ocupação e de Inscrição</u>	
	<u>2007/2008</u>	<u>2008/2009</u>
Colocados	35	68
Colocados matriculados	34	69
Vagas	35	75
Taxa de ocupação relativa (1ª fase): Colocados/Vagas	100%	86,6%
Taxa de ocupação efectiva (1ª e 2ª fases): Colocados matriculados /Vagas	97%	90,6%
Taxa de inscrição: Colocados matriculados / Colocados	97%	100%

Em qualquer dos anos lectivos em análise, as taxas de ocupação e de inscrição foram bastante elevadas, apesar da diminuição de 10 pontos percentuais em 2008/2009.

Tabela 3: Candidatos e Vagas

<u>Candidatos e Vagas</u>		
	2007/2008	2008/2009
		1ª+ 2ª fase
Candidatos	338	412
Candidatos em 1ª Opção	228	119
Colocados	35	68
Vagas	35	75
Candidatos/Vagas	9,66	9,4
Candidatos em 1ª Opção/Vagas	23,61	58,5%
Candidatos em 1ª Opção/Candidatos	67%	25,25%

A procura do curso de turismo, já de si bastante elevada (10 alunos por vaga disponível) em 2007/2008, registou um ligeiro decréscimo em 2008/2009 (cerca de 5 candidatos por vaga disponível), mas é preciso ter em conta que tomamos como base de trabalho o número de candidatos em regime normal e em regime pós-laboral. Não obstante, o número de candidatos em 1ª opção, relativamente ao número de vagas, aumentou consideravelmente.

Tabela 4: Candidatos e Colocados

<u>Candidatos e Colocados</u>		
	2007/2008	2008/2009
Candidatos	338	412
Colocados	35	68
Colocados em 1ª Opção	ND	44
Colocados/Candidatos	10%	16,5%
Colocados em 1ª Opção/Colocados	ND	64,7%
Colocados em 1ª Opção/Candidatos	ND	36,9%

NOTA: ND = não disponível.

Registou-se em 2007 o preenchimento total das vagas postas a concurso e em 2008 sobraram 7 vagas.

Tabela 5: Notas da 1ª Fase

<u>Notas na 1ª Fase</u>	<u>2008/2009</u>	
	<u>2007/2008</u>	<u>Diurno/nocturno</u>
Nota do 1º colocado	ND	ND
Nota do último colocado	13,50	14 / 10
Média das notas dos últimos colocados na ESTG	11,99	12,6

ND = não disponível.

Tabela 6: Notas na 2ª Fase

<u>Notas na 2ª Fase</u>	<u>2008/2009</u>	
	<u>2007/2008</u>	<u>Diurno/nocturno</u>
Nota do 1º colocado	ND	ND
Nota do último colocado	14,28	15 / 14
Média das notas dos últimos colocados na ESTG	13,22	ND

ND = não disponível.

As notas do último aluno colocado registaram um ligeiro acréscimo entre os dois anos lectivos em análise, constatando-se ainda que dito valor é ligeiramente mais elevado na 2ª fase de candidatura.

APROVEITAMENTO ESCOLAR

O Processo de Bolonha teve o seu início na ESTG no ano lectivo de 2007/2008, portanto, estes últimos dois anos foram anos de transição e adaptação dos cursos e dos planos de estudos.

No ano de 2008/2009 foram disponibilizadas pelo IPVC 75 vagas para o curso de Turismo.

Tabela 7: Candidaturas por fases de concurso

Ano	N.C	Nº Candidatos			Colocados	Inscritos	Colocados	Inscritos	Total Candidatos.	Total Colocados	Total Inscritos
		1ª	2ª	3ª	1ª Fase		2ª Fase				
2007/08	35	228	100	10	35	29	7	6	338	43	35
2008/09	60	289	123	---	52	ND	16	ND	412	68	69

N.C.= Numerus clausus; ND = não disponível

Verificou-se um crescimento notável do número de candidatos ao curso de Turismo, também justificado pelo aumento do número de vagas (curso diurno e curso pós-laboral).

Para os anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008 verificou-se uma estabilidade no número de vagas a concurso do curso de Turismo (35 alunos).

No ano lectivo de 2007/2008, verificou-se que aos 35 novos alunos que ingressaram pelo contingente normal acresceram 10 alunos oriundos dos restantes contingentes, perfazendo um total de 55 alunos inscritos.

Em relação ao ano lectivo 2008/2009, constata-se o aumento para 68 candidatos em consequência da abertura do curso pós-laboral, totalizando 60 alunos do contingente normal e 8 oriundos dos restantes contingentes.

Estes dados evidenciam a sustentabilidade do curso de Turismo e revelam que, apesar da entrada em vigor da licenciatura de Bolonha, é um curso que preenche as preferências dos candidatos.

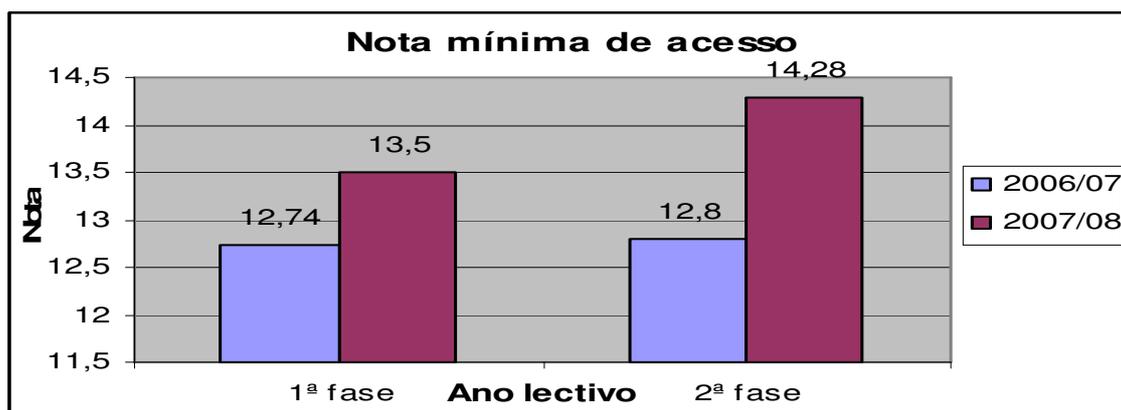
Esta situação, além de revelar a preferência dos candidatos, pode encontrar explicação nas alterações verificadas a nível da prova específica requerida para o acesso ao curso de Turismo. A fórmula de cálculo de acesso ao ensino superior mantém-se estável nos últimos anos (*Nota de candidatura=65% x Média do Secundário+ 35% x Provas específicas*), como é possível ver na Tabela 8.

Tabela 8: Descritivo das provas específicas de acesso

Ano lectivo	Específicas		Específicas		Específicas
2005/2006	Inglês e História	ou	Inglês e Economia	ou	n.a.
2006/2007	História	ou	Economia	ou	Português
2007/2008	Português	ou	História	ou	Geografia
2008/2009	Português	ou	História	ou	Geografia

NA = Não aplicável

Gráfico 1: Nota mínima de ingresso no curso de Turismo (2006/2007 e 2007/2008)



Verificou-se no ano lectivo de 2007/2008 a mais alta nota mínima de ingresso no Curso de Turismo, quer na primeira fase (13,5 valores), quer na segunda fase (14, 28 valores). Estes dados reforçam o aumento da procura do curso de Turismo da ESTG.

Relativamente ao ano em análise, constata-se a manutenção da mesma nota mínima de ingresso (14 valores). De referir que neste ano lectivo teve início o curso em regime Pós-laboral, cuja nota mínima de acesso foi de 10 valores (cf. Gráfico 2).

Gráfico 2: Nota mínima de ingresso no curso de Turismo 2008/09 (1ª e 2ª fase)

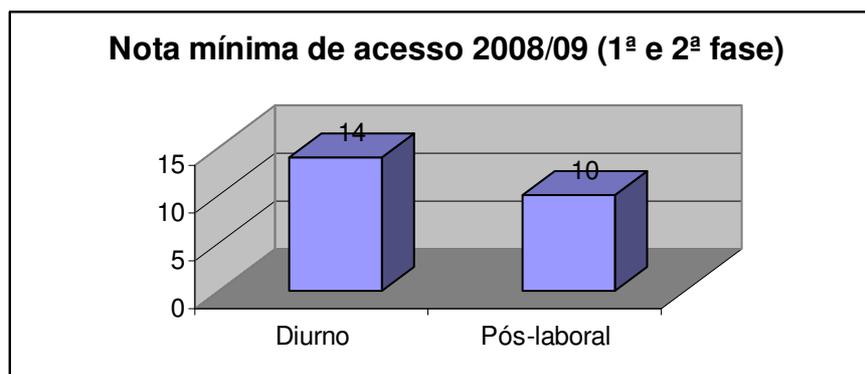


Tabela 9: Distribuição dos alunos do 1º ciclo

Ano	NC	1º CICLO								
		1ºAno			2ºAno			3ºAno		
		Inscritos	N.º Ins 1ª vez	Repe- tentes	Inscritos	N.º Ins. 1ª vez	Repe- tentes	Inscritos	N.ºIns 1ª vez	Repe- tentes
2007-08	35	55	45	10	50	30	20	47	19	28
2008-09	60	74	69	5	45	36	9	57	42	15

Analisando a tabela anterior, verificamos o aumento do Numerus Clausus e a estabilidade do número de alunos inscritos. Há a realçar um decréscimo significativo do número de alunos repetentes no ano lectivo em análise.

Para os alunos inscritos nas Unidades Curriculares descritas verificamos diferentes tipologias de inscrição, prevalecendo para os anos 2006 a 2008 a inscrição como aluno “normal”.

Tabela 10: Alunos inscritos por tipo de aluno

Tipo de aluno	2006/2007	Varição	2007/2008	2008/2009
Feminino	-	-	-	129
Masculino	-	-	-	65
Idade média	-	-	-	20
Erasmus/ Sócrates	42	-12%	37	17
Dirigente Associativo	32	91%	61	2
Maternidade/Paternidade, Trab. Est.	6	417%	31	0
Normal	1607	162%	4213	131
Trabalhador Estudante	389	165%	1029	43
Externo	4		0	0

ND = Não disponível

Estes alunos durante os anos lectivos considerados, seguiram diferentes formas de avaliação prevalecendo a avaliação por frequência e projectos, para ambos os anos lectivos.

Tabela 11: Alunos inscritos por época de avaliação e status (por unidade curricular)

Época Avalia Final	Status	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Recurso	Aprovados	179	131	79
	Reprovados	629	91	112
	Perdeu A Validade	0	3	19
	Reprovado N/Admitido	0	2	0
Melhoria	Aprovados	11	16	7
Equivalência	Aprovados	13	2504	143
Frequência/Época Normal	Aprovados	269	265	1096
	Reprovados	32	449	272
	Perdeu A Validade	0	18	ND

Não Disponível =ND

DIPLOMADOS

Para os alunos inscritos nos terceiros, quartos e quintos anos da licenciatura em Turismo, verificaram-se distintas situações. Houve alunos da Licenciatura Bietápica que:

- (i) Estando no quinto ano, terminaram a licenciatura Bietápica;
- (ii) Estando no quarto ano, transitaram para a Licenciatura de Bolonha,
- (iii) Estando no terceiro ano, transitaram para a Licenciatura de Bolonha

Portanto, neste ano de 2007/2008, surgiram licenciados pelo formato da licenciatura de Bolonha oriundos do terceiro, quarto e quinto anos da licenciatura Bietápica. Destes, no final de 2007/2008, licenciaram-se 2 alunos pela licenciatura Bietápica, 124 pela licenciatura de Bolonha e 22 alunos repetiram o ano.

Para o ano em análise o número de diplomados é de 132 alunos.

Tabela 12: tipologias de alunos finalistas

Finalistas	2007/2008		
	Licenciados bietápica	Licenciados Bolonha	Repetem o ano
148	2	124	22
2008/2009			
132	-	117	15

No ano de 2007/2008 ocorreu a primeira inscrição de alunos no percurso normal de Bolonha. Estes alunos, apenas a terminarão no ano lectivo de 2009/2010.

Assim, logo à partida, não há paralelo em termos de êxito de diplomados via Bolonha e com os diplomados de outras tipologias de licenciatura.

ACOMPANHAMENTO DO SUCESSO ESCOLAR

O Processo de Bolonha, com ênfase no “saber fazer” e na “aprendizagem ao longo da vida”, veio reforçar a estratégia que já estava a ser posta em prática no Curso de Turismo. A adequação do Curso a Bolonha serviu para mobilizar energias e criar confiança. Os conteúdos programáticos, em geral, foram reformulados e estruturados de forma a tentar melhorar a formação específica que o Turismo hoje requer ao nível técnico e profissional. Inovação, tecnologia, empreendedorismo e desafio da mudança foram reforçados, de modo a incrementar o desempenho dos alunos e dos docentes.

O actual ciclo de estudos do Curso de Turismo foi organizado tendo por base os objectivos e as competências gerais, específicas e transversais, de acordo com o nº 1 do artigo 8º do decreto-lei nº 74/2006. No entanto, no ano lectivo de 2008/09 constatou-se a necessidade de reforçar determinados conteúdos que poderão contribuir para a empregabilidade dos alunos. Os ECTS das unidades curriculares de Comportamento, Sociedade e Cidadania I e II foram substituídas por mais um semestre de línguas estrangeiras e reforçadas as unidades curriculares da área da especialização (estudos do turismo).

Seguindo estudos permanentes e análises estatísticas adequadas, tem-se vindo a acompanhar a evolução da taxa de insucesso escolar. Desse processo, resultou a identificação de disciplinas críticas com taxas de reprovação mais acentuadas. Cientes da necessidade de contrariar este fenómeno, foram implementadas medidas no sentido de corrigir estas situações, nomeadamente:

- Diversificação dos métodos de avaliação (nunca haver apenas um momento de avaliação na avaliação continua);
- Integração dos alunos em projectos logo no início do ano;

- Parte das aulas são asseguradas em locais fora da ESTG (unidades de alojamento e restauração, animação, agência de viagens, etc.);
- Formação tecnológica, com software específico: Galileo, SPSS entre outros, acesso ao *sciencedirect* (revistas científicas da área de especialização);
- Apoiar a criação de conteúdos programáticos *on-line*, tanto através da disponibilização de uma plataforma *MOODLE* de gestão de conteúdos como através de apoio personalizado, quer técnico quer pedagógico.
- Ampliação do sistema *wireless*.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E DOCENTES

As recomendações expressas no relatório das duas auditorias realizadas ao Curso de Turismo, em 2004, para a avaliação externa por parte do Ministério da tutela e em 2005, pela Organização Mundial de Turismo, foram fundamentais para, gradualmente, transformar o método de ensino e aprendizagem. O ponto identificado no relatório da Organização Mundial de Turismo, que mereceu mais atenção foi: "...a necessidade de melhorar a comunicação interna no curso". Consequentemente, a forma adoptada para a participação dos estudantes e docentes não é através de inquéritos realizados pontualmente, mas sim através de outros canais, nomeadamente dos novos meios de tecnologia (quase diariamente), reuniões regulares com os delegados de turma, no mínimo de uma reunião por semestre com todos os docentes, uma reunião geral por ano, onde todos os alunos e docentes são convocados.

Os alunos são contactados através dos delegados de turma, e os docentes que asseguram serviço lectivo no Curso de Turismo estão constantemente a ser informados de acontecimentos que envolvem o Curso de Turismo. Para todos os documentos (relatórios, calendarização de épocas de avaliação, métodos de avaliação, etc.) solicitados ao Coordenador do Curso, é pedido um *feedback* dos estudantes e docentes. As reuniões da Comissão de Curso servem para aprofundar, reflectir e debater determinados assuntos que necessitam de uma análise mais ampla e que, por vezes, servem para definir uma estratégia.

APOIO À EMPREGABILIDADE

Numa altura em que enfrentamos uma crise global do emprego, o Turismo é, inquestionavelmente, uma das actividades económicas com mais potencial para o poder gerar. O Curso de Turismo concentra-se na necessidade de dotar os diplomados com competências de empregabilidade, definidas como competências requeridas, não só para a obtenção de um emprego, mas também para progredir no interior de uma organização, de forma a concretizar o potencial do indivíduo e fazê-lo contribuir para as directivas estratégicas da mesma. Existem oito competências de empregabilidade: comunicação, trabalho de equipa, resolução de problemas, iniciativa e empreendedorismo, planeamento e organização, autonomia, aprendizagem e tecnologia. O Curso de Turismo satisfaz, em pleno, a aplicação destas oito competências.

A orientação estratégica seguida para o Curso de Turismo centra-se num plano curricular de banda larga que conduza, ou potencie, a **empregabilidade**. O plano de estudos baseia-se numa aprendizagem centrada na **Resolução de Problemas** (*Problem-based Learning*) e **Saber Fazer**. Neste sentido, são comumente apresentados aos alunos problemas paradigmáticos baseados em situações reais que estes poderão vir a enfrentar no mundo do trabalho. Este tipo de aprendizagem também pressupõe que os alunos tenham, ou adquiram, capacidades de trabalho individual, uma vez que são chamados e incentivados para encontrar o seu próprio modo de aprendizagem e para proverem os conhecimentos necessários para atingir os objectivos estabelecidos para cada unidade curricular.

No sentido de apoiar a empregabilidade dos alunos do Curso de Turismo, foram celebrados protocolos com entidades a nível nacional e internacional. Foi estabelecido um acordo com a Grecotel (Grécia) para a mobilidade de 40 a 50 alunos para prática profissional. Entre os meses de Junho e Setembro, os alunos podem ligar a teoria à prática nesta cadeia de hotéis, fomentando o seu espírito inovador e empreendedor e treinando capacidades que enaltecem o papel do colaborador, preparando-os para o cada vez mais exigente mercado de trabalho.

O IPVC, com o objectivo de melhor preparar a inserção dos diplomados na vida activa, organiza anualmente um Seminário com base na unidade curricular de Projectos de

Turismo (no último ano do curso) procurando dar respostas aos estudantes sobre algumas dúvidas referentes à carreira e à sua inserção profissional. Para o efeito, são convidados profissionais de turismo que concluíram a sua licenciatura em Turismo, no IPVC.

RELAÇÕES EXTERNAS

É de salientar que uma componente de competitividade do Curso de Turismo reside na sua internacionalização. As experiências internacionais são, reconhecidamente, uma mais-valia para a formação dos futuros profissionais de Turismo. A mobilidade a nível internacional facilita, também, a aprendizagem / aperfeiçoamento de um idioma, o que significa que os alunos chegam ao mercado de trabalho com competências linguísticas devidamente incrementadas. Para tal, o Curso de Turismo coloca à disposição dos alunos a oportunidade de realizar estágios em diversos países europeus, tendo vindo a ser incentivados novos programas de mobilidade neste ano lectivo.

Tabela 13: Instituições parceiras na área do turismo e mobilidade, no âmbito do Programa Socrates – Ano Lectivo 2008/2009

País	Nome	<i>Incoming</i>	<i>Outgoing</i>
Alemanha	Berufsakademie Ravensburg	-----	2
	Fachhochschule Coburg	-----	-----
Finlândia	University of Lapland	-----	-----
França	Université d' Angers	-----	-----
Grécia	T.E.I. of Thessaloniki	2	2
	Technological Educational Institution (TEI) of Lamia	-----	-----
Itália	Università Degli Studi di Napoli Federico II	5	1
Noruega	Sogn Og Fjordane University College	-----	-----
Polónia	Bialystok Technical University	4	-----
Reino Unido	Bournemouth University	-----	-----
Roménia	Lucian Blaga University	-----	-----
Republica Checa	College of Polytechnics Jihlava	3	-----
Total		14	5

No ano lectivo de 2008/09, o IPVC alargou as parcerias com Instituições Europeias de Ensino Superior, estabelecendo novos Acordos Bilaterais de cooperação Erasmus para o

curso de Turismo. As instituições com as quais o IPVC tem Acordos Bilaterais na área do turismo constam na tabela 13.

No âmbito do Programa Erasmus, no ano lectivo de 2008/09 houve mobilidade de estudantes. O Curso de Turismo recebeu alunos da T.E.I. of Thessaloniki (Grécia), Università Degli Studi di Napoli Federico II (Itália), Bialystok Technical University (Polónia) e College of Polytechnics Jihlava (República Checa). Igualmente, os alunos do Curso de Turismo do IPVC realizaram um programa de estudos ao abrigo do Programa Erasmus, durante um semestre, na T.E.I. of Thessaloniki (Grécia), Università Degli Studi di Napoli Federico II (Itália) e Berufsakademie Ravensburg (Alemanha).

A mobilidade de alunos realizou-se, também, a partir da participação do IPVC na ATLAS *Winter University*. O principal objectivo da Winter University é o de analisar as consequências da integração europeia para o lazer e o turismo de produção e consumo. A rede tem estado focalizada, nos últimos anos, na relação entre lazer, turismo e cultura, trabalho, que é apoiado por um programa de investigação internacional sobre o turismo cultural, no qual muitos parceiros também colaboram activamente. Todas as instituições participantes são membros da *Association for Tourism and Leisure Education* [ATLAS]. Participaram, neste evento, cerca de 80 estudantes e professores de 10 países, através da sua participação em palestras, *workshops* e visitas de estudo, em Fevereiro de 2009, em Barcelona. Estiveram presentes dois docentes e seis alunos do IPVC.

**Tabela 14: Mobilidade no âmbito do Programa Erasmus Mundus
– Ano Lectivo 2008/2009**

País	Nome	Incoming	Outgoing
Azerbaijão	Azerbaijan Tourism Institute	1	
Arménia	Gyumri State Pedagogical Institute	1	
Arménia	Armenian State Agrarian University		1
Total		2	1

A mobilidade de alunos está também a ser incentivada através do Programa Erasmus Mundus, recebendo o Curso de Turismo dois alunos: um da Arménia e o outro do Azerbaijão. Deste intercâmbio resultou, igualmente, a ida de um aluno do IPVC para a Armenian State Agrarian University.

Estas actividades desenvolvidas pelos Programas Erasmus e Erasmus Mundus aumentam e reforçam a percepção e o conhecimento do conceito de cidadania europeia no seio da população académica, implementando no IPVC uma cultura de espaço europeu e de intercâmbio entre instituições que ministram as mesmas áreas de formação.

Tem, igualmente, vindo a ser incentivada a participação e cooperação a nível nacional e internacional com a Organização Mundial de Turismo (OMT).

Quanto à avaliação do Curso de Turismo verificamos duas situações: por parte dos recém licenciados, cujo *feedback* é bastante positivo; e por parte dos empregadores, cuja consideração é receberem bons profissionais, correspondendo às expectativas do mercado, em particular no que se refere à sua integração nos postos de trabalho e como membros das equipas nas quais se têm vindo a integrar. De realçar ainda o forte sentido de responsabilidade de que são dotados, bem como a sua razoável capacidade de adaptação a situações novas, o que resulta em grande medida da qualidade do trabalho desenvolvido com os alunos, ao longo da sua formação académica, e em particular da componente mais prática do curso introduzida nos últimos anos.

CONCLUSÃO

Este Relatório procurou cumprir as directrizes da legislação em vigor procurando ser sucinto e de fácil leitura e, ao mesmo tempo, sistematizar progressos e constrangimentos, na aplicação do processo de Bolonha e apontando soluções futuras.

Como o IPVC se encontra num processo de mudança global, centrado na transição para o Novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, as expectativas são altas, sendo crença comum que esta mudança combaterá algumas das dificuldades que resultam do modelo anterior. Por exemplo, consideramos ser necessário disponibilizar os meios necessários para reforçar o cargo de Coordenado/Director de Curso, por forma a implementar estratégias específicas para o Curso e podendo, assim, torná-lo ainda mais competitivo.

O IPVC tem procurado aumentar a taxa de empregabilidade dos alunos que finalizam o Curso de Turismo. No entanto, à excepção do *feedback* dos recém licenciados, não tem sido prática comum acompanhar a evolução dos alunos licenciados no mercado de trabalho. Nesse sentido, consideramos ser necessário criar um observatório de empregabilidade dos alunos oriundos deste Curso. Ainda nesta linha, seria interessante criar um *alumni mailing list*, para manter contacto com os ex-alunos e proporcionar uma porta de abertura ao mercado de trabalho.

Neste sentido, cabe referir que o Laboratório de Turismo foi criado no sentido de dar resposta às exigências do mercado de trabalho, nomeadamente na melhoria de competências dos profissionais do sector na área da tecnologia. Cada vez mais, as empresas de turismo necessitam de reforçar a capacidade tecnológica que permita desenvolver novos canais de distribuição do seu produto e melhorar o seu relacionamento com os clientes. Acontece que a falta de investimento no Laboratório de Turismo tornou o equipamento informático obsoleto, impossibilitando, de forma regular, a prática das mais modernas tecnologias e soluções aplicadas ao turismo.

Relativamente às acções de investigação e desenvolvimento, consideramos importante que se reforce o incentivo à pesquisa e investigação, melhorando o acesso dos alunos aos conteúdos dos mais conceituados estudos e tendências da indústria do turismo.

De referir que a elaboração deste Relatório serviu como um momento de auto-reflexão e diagnóstico, no sentido da melhoria da qualidade científica e pedagógica, sempre com o objectivo de promover o êxito de todos os elementos envolvidos: docentes, estudantes e os órgãos de gestão do IPVC.